



**SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Em 30 de junho de 2017 e**

**Balanco Patrimonial**

**Demonstração de Resultado**

**Demonstração do Resultado Abrangente**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**Demonstração do Patrimônio Líquido**

**Notas Explicativas**

**Demonstração dos Recursos de Consórcio**

**Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos**

**Relatório de Auditoria Independente**

**Relatório de Administração**

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

**Guilherme Zugno Reis**  
Diretor Responsável pela Contabilidade

**Katia Cristina Reichert de Andrade**  
Contadora CRC-RS: 085035/O

## **RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO**

Atendendo às disposições legais e estatutárias, é com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Sinosserra Administradora de Consórcio S/A, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

## **RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos

Diretores e Acionistas da

**SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**

Nesta Capital

### **Opinião**

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do seu resultado abrangente, das variações nas disponibilidades dos grupos e dos recursos coletados e utilizados dos grupos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A** em 30 de junho de 2017, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações do seu fluxo de caixa, as variações do seu resultado abrangente, as variações nas disponibilidades dos grupos e a movimentação dos recursos coletados e utilizados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor**

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

## **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras**

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

## **Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil, de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluimos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível como o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior**

As Demonstrações Financeiras levantadas em **31/12/2016**, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram por nós auditadas, sendo emitido relatório de auditoria independente em **23/03/2017**, sem ressalvas.

Porto Alegre, 08 de setembro de 2017.



**BARBACOVI & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC/RS 2735**

**Cláudio Severo do Nascimento**  
Contador CRC/RS 49.356/O-7  
CNAI N° 618

**SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**  
**CNPJ 87.852.273/0001-42**  
**Balanco Patrimonial Levantado**  
**em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016**

(Em R\$ mil)

	30/6/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>		
<b><u>Circulante</u></b>	<b>34.252</b>	<b>41.052</b>
Caixa e Bancos	62	76
Títulos e Valores Mobiliários	32.140	38.584
Serviços Prestados a Receber	76	135
Adiantamento e Antecipações Salariais	26	24
Impostos a Recuperar	413	801
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	428	455
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	779	779
Devedores Diversos - País	294	192
Despesas Antecipadas	34	6
<b><u>Não Circulante</u></b>	<b>37.661</b>	<b>32.795</b>
Realizável a Longo Prazo		
Devedores p/ Compra de Bens - Partes Relacionadas	3.682	3.798
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	6.008	6.467
Impostos Diferidos a Compensar	205	186
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	10.797	10.451
Títulos e Valores Mobiliários - Partes Relacionadas	5.130	103
Aplicações em Quotas de Consórcios	1.677	1.947
Empréstimos a Grupos	8.786	8.445
Devedores por Depósito em Garantia	328	333
Imobilizado em Uso	1.040	1.052
Intangível	8	13
<b><u>Total do Ativo</u></b>	<b>71.913</b>	<b>73.847</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**  
**CNPJ 87.852.273/0001-42**  
**Balço Patrimonial Levantado**  
**em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016**

(Em R\$ mil)

	30/6/2017	31/12/2016
<b>PASSIVO</b>		
<b><u>Circulante</u></b>	<b>48.786</b>	<b>50.722</b>
Dividendos a Pagar	0	295
Fiscais e Previdenciárias	727	474
Provisão para Pagamentos a Efetuar	163	278
Provisão para Férias, 13 Salário e Encargos	488	102
Credores Diversos - País	1.165	802
Recursos a Devolver a Consorciados	45.805	48.353
Provisão p/Contingências	438	418
Trabalhistas	438	418
<b><u>Não Circulante</u></b>	<b>10.797</b>	<b>10.484</b>
Provisão s/Lucro Diferido	0	33
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	10.797	10.451
<b><u>Patrimônio Líquido</u></b>	<b>12.330</b>	<b>12.641</b>
Capital Social	4.500	4.500
Reserva de Capital	510	510
Reservas de Reavaliação	242	242
Reservas de Lucros	7.078	7.389
<b><u>Total do Passivo</u></b>	<b>71.913</b>	<b>73.847</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.****CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração do Resultado Levantado  
em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016****(Em R\$ mil)**

	<u>1º Sem/2017</u>	<u>2º Sem/2016</u>
<b><u>Receitas Operacionais</u></b>	<b>11.171</b>	<b>12.597</b>
Receita de Prestação de Serviços	9.029	9.407
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	1.801	2.693
Outras Receitas Operacionais	341	497
<b><u>Despesas Operacionais</u></b>	<b>(8.598)</b>	<b>(11.583)</b>
Despesas com Pessoal	(2.462)	(2.834)
Despesas Tributárias	(1.383)	(1.508)
Despesas Administrativas	(3.820)	(5.088)
Despesas Financeiras	(452)	(1.756)
Outras Despesas Operacionais	(481)	(396)
Resultado Extraordinário	0	(1)
<b>Resultado antes da Tributação s/Lucros</b>	<b>2.573</b>	<b>1.014</b>
Imposto de Renda	(530)	(240)
Contribuição Social	(196)	(91)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>1.847</b>	<b>683</b>
<b>Resultado Líquido por Ação</b>	<b>0,4104</b>	<b>0,1518</b>

**(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)**

**SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**  
**CNPJ 87.852.273/0001-42**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Levantadas**  
**em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016**

(Em R\$ mil)

Eventos/Contas Ano	Capital Social	Reserva Capital		Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros			Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total	
		Ágio Alienação Ações Próprias			Legal	Aumento de Capital	Amortização Prejuízos				Lucros Retidos
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>4.500</b>	<b>0</b>		<b>242</b>	<b>717</b>	<b>771</b>	<b>230</b>	<b>7.683</b>	<b>(985)</b>	<b>0</b>	<b>13.158</b>
Pagto. Dividendos	0	0		0	0	0	0	0	0	(2.400)	(2.400)
Reversão Reserva de Lucros Retidos	0	0		0	0	0	0	(2.400)	0	2.400	0
Baixa por Venda	0	0		0	0	0	0	985	0	0	985
Resultado Venda de Ações Tesouraria	0	510		0	0	0	0	0	0	0	510
Resultado do Período Destinação do Resultado	0	0		0	0	0	0	0	0	683	683
Reserva Legal	0	0		0	62	0	0	0	0	(62)	0
Dividendos Propostos	0	0		0	0	0	0	0	0	(295)	(295)
Reserva de Lucros Retidos	0	0		0	0	0	0	326	0	(326)	0
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>4.500</b>	<b>510</b>		<b>242</b>	<b>779</b>	<b>771</b>	<b>230</b>	<b>5.609</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12.641</b>
Pagto. Dividendos	0	0		0	0	0	0	0	0	(4.000)	(4.000)
Reversão Reserva de Lucros Retidos	0	0		0	0	0	0	(4.000)	0	4.000	0
Resultado do Período	0	0		0	0	0	0	0	0	1.847	1.847
Juros s/Capital Próprio Distribuído	0	0		0	0	0	0	0	0	(408)	(408)
Resultado Abrangente Destinação do Resultado	0	0		0	0	0	0	0	0	2.250	2.250
Reserva de Lucros Retidos	0	0		0	0	0	0	3.689	0	(3.689)	0
<b>Saldo em 30/06/2017</b>	<b>4.500</b>	<b>510</b>		<b>242</b>	<b>779</b>	<b>771</b>	<b>230</b>	<b>5.298</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12.330</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**  
**SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**  
**CNPJ 87.852.273/0001-42**  
**Demonstração do Resultado Abrangente**  
**em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016**

**(Em R\$ mil)**

	<u>1º Sem/2017</u>	<u>2º Sem/2016</u>
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>1.847</b>	<b>683</b>
Outras Receitas	3.409	0
Impostos sobre Lucro	(1.159)	0
<b>Resultado Abrangente</b>	<b><u>4.097</u></b>	<b><u>683</u></b>

**(As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras)**

**CNPJ 87.852.273/0001-42**  
**Demonstração do Fluxo de Caixa Levantado**  
**em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016**  
**(Em R\$ mil)**

	<u>1º Sem/2017</u>	<u>2º Sem/2016</u>
<b><u>Fluxo das Atividades Operacionais</u></b>	<b>3.311</b>	<b>(644)</b>
Resultado Líquido do Exercício	1.847	683
Ajustes ao Resultado:		
Resultado Abrangente	2.250	0
Despesas de Depreciação e Amortização	23	26
Baixas Imobilizado	0	1
Provisão para Contingências Trabalhistas	20	(74)
Impostos Diferidos a Compensar	(19)	(19)
<b><u>Variações no Ativo Circulante</u></b>		
Serviços Prestados a Receber	59	(34)
Adiantamento e Antecipações Salariais	(2)	(9)
Impostos a Recuperar	388	(100)
Devedores p/ Compras de Bens	27	(93)
Devedores p/Compras Participações	(403)	(10)
Devedores Diversos - País	(102)	(155)
Despesas Antecipadas	(28)	30
<b><u>Variações no Passivo Circulante</u></b>		
Fiscais e Previdenciárias	253	19
Provisão para Pagamentos a Efetuar	(115)	122
Provisão Férias e 13º Salário	386	(278)
Credores Diversos - País	363	507
Recursos a Devolver a Consorciados	(2.548)	337
<b><u>Variações no Ativo Não Circulante</u></b>		
Devedores p/ Compra de Bens	116	(1.287)
Devedores p/Compras Participações	862	331
Aplicações em Cotas de Consórcios	270	0
Empréstimos a Grupos	(341)	(615)
Devedores por Depósito em Garantia	5	(26)
<b><u>Fluxo das Atividades de Investimento</u></b>	<b>(5.033)</b>	<b>(106)</b>
Títulos e Valores Mobiliários	(5.027)	(103)
Aquisição de Imobilizado	(6)	(2)
Aquisição de Intangível	0	(1)
<b><u>Fluxo das Atividades de Financiamento</u></b>	<b>(4.736)</b>	<b>(905)</b>
Custo Venda de Ações em Tesouraria	0	985
Ganho com Venda de Ações em Tesouraria	0	510
Dividendos Propostos/Pagar	(4.295)	(2.400)
Juros sobre Capital Próprio	(408)	
Reversão Prov. Impostos s/Reavaliações	(33)	0
<b><u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u></b>	<b>(6.458)</b>	<b>(1.655)</b>
<b><u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u></b>		
No Início do Exercício	38.660	40.315
No Final do Exercício	32.202	38.660
<b><u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u></b>	<b>(6.458)</b>	<b>(1.655)</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**

**CNPJ 87.852.273/0001-42**

**Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantado em  
30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016**

(Em R\$ mil)

**ATIVO**

	<u>30/6/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b><u>Circulante</u></b>	<b><u>172.227</u></b>	<b><u>176.614</u></b>
Disponibilidades	396	242
Aplicações Financeiras	63.534	70.420
Outros Créditos	108.297	105.952
Contribuições a Receber Normais	91.005	89.358
Contribuições a Receber Atraso	2.663	2.643
Contribuições a Receber Ajuizadas	14.629	13.951
<b><u>Compensação</u></b>	<b><u>786.557</u></b>	<b><u>899.298</u></b>
Prev. Mensal Recursos a Receber de Consorticiados	3.890	4.736
Contribuições Devidas aos Grupos	413.783	468.716
Consorticiados - Bens a Contemplar	368.884	425.846
<b><u>Total do Ativo</u></b>	<b><u><u>958.784</u></u></b>	<b><u><u>1.075.912</u></u></b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**  
**CNPJ 87.852.273/0001-42**

**Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantado em**  
**30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016**

**(Em R\$ mil)**

	<u>30/6/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b><u>Circulante</u></b>	<b><u>172.227</u></b>	<b><u>176.614</u></b>
Obrigações com Consorciados	66.137	66.157
Valores a Repassar	6.179	5.841
Obrigações com Contemplações	43.696	46.770
Obrigações com a Administradora	2.650	2.421
Recursos a Devolver a Consorciados		
Ativos	12	9
Recursos a Devolver a Consorciados		
Desistentes	43.898	45.930
Recursos do Grupo	9.655	9.486
<b><u>Compensação</u></b>	<b><u>786.557</u></b>	<b><u>899.298</u></b>
Recursos Mensais a Receber de		
Consoiciados	3.890	4.736
Obrigações do Grupo	413.783	468.716
Bens a Contemplar	368.884	425.846
<b><u>Total do Passivo</u></b>	<b><u>958.784</u></b>	<b><u>1.075.912</u></b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

**SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.****CNPJ 87.852.273/0001-42****Demonstração das Variações das Disponibilidades dos Grupos Levantada  
em 30 de Junho de 2017 e 31 de Dezembro de 2016****(Em R\$ mil)**

	<u>1º Sem/2017</u>	<u>2º Sem/2016</u>
<b><u>Disponibilidades no Início do Período</u></b>	<b><u>70.662</u></b>	<b><u>71.528</u></b>
Depósitos Bancários	242	82
Aplicações Financeiras	70.420	71.446
<b>(+)Recursos Coletados</b>	<b><u>56.498</u></b>	<b><u>56.647</u></b>
Contribuições p/Aquisição de Bens	42.671	41.963
Taxa de Administração	8.497	8.966
Contribuição ao Fundo de Reserva	122	194
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.073	2.508
Multas e Juros	77	240
Prêmios de Seguros	851	806
Outros	2.207	1.970
<b>(-)Recursos Utilizados</b>	<b><u>63.230</u></b>	<b><u>57.513</u></b>
Aquisição de Bens	43.777	42.031
Taxa de Administração	8.561	8.962
Multas/Juros Repass.Administradora	146	112
Prêmios de Seguros Pagos	840	795
Devoluções a Consorciados Desligados	4.868	367
Outros	5.038	5.246
<b><u>Disponibilidades no Final do Período</u></b>	<b><u>63.930</u></b>	<b><u>70.662</u></b>
Depósitos Bancários	396	242
Aplicações Financeiras	63.534	70.420

**(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)**

**SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**  
**CNPJ 87.852.273/0001-42**  
**Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Levantadas**  
**em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016**  
**Em Milhares de Reais**

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A.**, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Cânciao Gomes, nº 344, Porto Alegre - RS, que tem por objetivo a administração de consórcios destinados à aquisição de bens de consumo durável por seus participantes.

**NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Administração entende que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações dos seus fluxos de caixa, as variações dos recursos de consórcios e as variações nas disponibilidades dos grupos.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e também às normas do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

**NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir:

**a) Estimativas Contábeis**

A elaboração de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, impostos diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

**b) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições de resgate imediato.

### **c) Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

#### **c.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

#### **c.2) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

### **d) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos**

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio de a utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

### **e) Imobilizado**

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 10, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos.

### **f) Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

### **g) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

### **h) Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **i) Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e, os passivos contingentes, avaliados como perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; **(ii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de eventuais processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

### **j) Imposto de Renda e Contribuição Social**

Foram calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sendo apurados com base no lucro real.

### **k) Apuração do Resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observado o regime pro rata dia, exceto quanto à taxa de administração e as comissões de vendas, que são registradas pelo regime de caixa, conforme determinam as normas do Banco Central do Brasil.

#### NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cotas de Fundos de Investimentos	26.675	33.375
Títulos de Renda Fixa	5.465	5.209
<b>Total</b>	<b>32.140</b>	<b>38.584</b>

#### NOTA 05– IMPOSTOS DIFERIDOS A COMPENSAR

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisões Trabalhistas	121	101
Provisões Representantes	317	317
Provisões Para outros Pagamentos	165	130
<b>(=) Diferenças Temporárias – IRPJ</b>	<b>603</b>	<b>548</b>
IRPJ 25%	151	137
CSLL 9%	54	49
<b>Total</b>	<b>205</b>	<b>186</b>

#### NOTA 06 – RECURSOS AJUIZADOS DE GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta “Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante”.

#### NOTA 07– CRÉDITOS E TÍTULOS A RECEBER

Referem-se a títulos a receber relativos à alienação de investimentos em imóveis, sendo que a totalidade dos créditos se encontram em cobrança judicial. Sobre estes valores não foram constituídas provisões para perdas, uma vez que a administração e assessores jurídicos entendem que os valores são de provável recuperação e possuem garantias reais.

#### NOTA 08 – APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

#### NOTA 09 – EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

## NOTA 10 – IMOBILIZADO

Contas	Taxa % Deprec.	Em Milhares de Reais	
		30/06/2017	31/12/2016
Terrenos	-	305	305
Edificações	-	778	778
Instalações	1,5 a 4%	281	278
Móveis e Utensílios	2 a 8%	239	238
Sistemas de Segurança	10%	35	35
Computadores e Periféricos	5 a 13%	129	128
Veículos	10%	130	130
Custo Histórico Corrigido		1.897	1.892
(-) Depreciações Acumuladas		(857)	(840)
<b>Valor Residual Contábil</b>		<b>1.040</b>	<b>1.052</b>

## NOTA 11 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Referem-se a contribuições e retenções incidentes sobre folha de pagamento e impostos incidentes sobre faturamento, os quais são apropriados e recolhidos mensalmente.

## NOTA 12 – VALORES A DEVOLVER A CONSORCIADOS DESLIGADOS

Estão representados, basicamente, por recursos a distribuir relativos a fundo de reserva e as obrigações a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os mesmos se encontram a disposição dos beneficiários.

## NOTA 13 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

## NOTA 14 - PROVISÃO IMPOSTOS SOBRE LUCRO DIFERIDO

Trata-se de provisão de IRPJ e CSLL incidentes sobre ativos reavaliados, sendo realizada à medida que os ativos são depreciados ou alienados.

## NOTA 15 – RECONCILIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA

A reconciliação entre a despesa com imposto de renda e contribuição social e as alíquotas efetivas está assim demonstrada:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Lucro antes da CSLL/IRPJ</b>	<b>5.574</b>	<b>2.325</b>
<b>Adições</b>		
Provisões Não Dedutíveis	55	154
Perda Equivalência Patrimonial	0	199
Outras adições	10	2
<b>Exclusões</b>		
Reversão provisões para contingências cíveis e trabalhistas	0	(570)
Outras Exclusões	0	(256)
<b>Base de Cálculo da CSLL e do IRPJ</b>	<b>5.639</b>	<b>1.854</b>
CSLL – 9%	(508)	(166)
CSLL Diferida a Compensar – 9%	5	8
<b>Total CSLL</b>	<b>(503)</b>	<b>(158)</b>
IRPJ – 15%	(846)	(278)
Adicional de IRPJ – 10%	(552)	(161)
(-) Incentivos Fiscais – Dedução	1	3
IRPJ Diferido a Compensar (Reversão) – 25%	14	24
<b>Total IRPJ</b>	<b>(1.383)</b>	<b>(413)</b>

## NOTA 16 – PARTES RELACIONADAS

### a) Devedores por Compras de Imóveis

Valor referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M e geraram uma receita financeira de R\$ 25 (mil)

Operação	Bem	Circulante	Não Circulante	Parcelas	
				A Vencer	Vencimento
Venda p/Themar Partic. Ltda.	Ações próprias	100	1.395	180	dez/31
Venda p/Cia. Sinosserra de Partic.	Partic. na Guaibacar Ltda.	369	677	34	abr/20
Venda p/Themar Partic. Ltda.	Partic. na Therrenos Ltda.	410	5.331	168	jun/31
<b>Total</b>		<b>879</b>	<b>7.403</b>		

### b) Devedores por Compra de Participações

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber pela venda da participação na empresa Guaibacar Veículos e Peças Ltda. para a sua controladora, Companhia de Participações Sinosserra (corrigida pelo IPCA+0,5% a.a) e da participação na Therreno Participações Ltda. para a sua

controladora indireta Themar Participações Ltda. (corrigida pelo IGPM), gerando uma despesa financeira, devido à taxa negativa, de R\$ 96 (mil).

**c) Títulos e Valores Mobiliários – Não Circulante**

O valor refere-se à letra de câmbio pós indexada, adquirida junto à empresa ligada Sinosserra Financeira S.A., com data de vencimento em 11/09/2018.

**NOTA 17 – JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

Os Juros Sobre o Capital Próprio, registrados no 1º semestre de 2017, no valor de R\$ 408 (mil), foram calculados com base na Lei nº 9.249/95, sendo que o valor registrado foi inferior aos limites de dedução estabelecidos. Para fins de atendimento às disposições societárias, os efeitos do registro dos juros foram eliminados do resultado, sendo reclassificados para conta de patrimônio líquido.

**NOTA 18 – RESULTADO ABRANGENTE**

O resultado abrangente refere-se a receita com reversão de rendimentos de recursos não procurados, líquido de impostos (CSLL e IRPJ), referente a grupos encerrados, determinado conforme sentença judicial.

**NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) **Capital Social** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 4.500.000 ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.
- b) **Dividendos Suplementares** – Em 03/05/2017 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de R\$ 1.500 (mil) e em Ata de Reunião de Diretoria, na data de 16/06/2017, o valor de R\$ 2.500 (mil), a ser ratificada pelos acionistas em futura assembleia, totalizando R\$ 4.000 (mil) em dividendos suplementares.

**NOTA 20 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO**

**a) Grupos de Consórcio**

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Grupos Administrados	24	24
Bens Entregues	2.424	2.586
Bens Pendentes de Entrega	3.266	3.704
Taxa de Inadimplência	9,87%	1,37%
Consorticiados Ativos	5.808	4.851
Desistentes e Excluídos no ano	13.526	14.644

- b) **Aplicações Financeiras** - Representam os recursos disponíveis e outros ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, ou aplicações efetuadas em nome de consorticiados contemplados as

quais são mantidas em conta para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e/ou fundo de reserva de cada grupo ou consórcio contemplado, diariamente, não incidindo sobre estes a taxa de administração.

- c) **Bens Apreendidos** - Destina-se ao registro de bens apreendidos de clientes inadimplentes.
- d) **Contribuições a Receber Normais** - São registrados os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados.
- e) **Contribuições a Receber em Atraso** - Registra os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados em atraso.
- f) **Contribuições a Receber Ajuizadas** - Registra o valor das contribuições a receber de consorciados contemplados que estejam em atraso, com ação ajuizada.
- g) **Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados – Compensado** - Nesta conta é registrada a previsão de recebimentos de contribuições ao fundo comum e de reserva de consorciados ativos para o mês de **Julho de 2017**.  
O montante foi calculado com base no preço do bem vigente em **30 de junho de 2017**, conforme determina a Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil.
- h) **Contribuições Devidas aos Grupos** - Referem-se ao valor total das contribuições ao fundo comum e de reserva devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo.
- i) **Conсорciados - Bens a Contemplar** - Referem-se ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.
- j) **Obrigações com Contemplações** - Nesta conta são registrados os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.
- k) **Recursos a Devolver a Consorciados Ativos** - Representam os recursos a devolver referentes ao rateio de encerramento do grupo ou pelos excessos de amortização.
- l) **Recursos a Devolver a Consorciados Desistentes** - Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.
- m) **Recursos do Grupo** - Nesta conta são registrados os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

Porto Alegre, 05 de setembro de 2017.

**RAFAEL DA SILVA REIS**  
Diretor

**HUGO PINTO RIBEIRO**  
Diretor

**LUIZ ALBERTO JACOBUS**  
Diretor

**KÁTIA C. REICHERT DE ANDRADE**  
Contadora CRC/RS 85.035/O-6